

Artigo 16.º

Fase de Votação das Propostas

1 — A votação das propostas validadas realizam-se presencialmente em Assembleias de Voto constituídas nos serviços municipais e Juntas de Freguesia designados pela Câmara Municipal, ou em portal online criado para o efeito.

2 — Para participar na votação é obrigatório ser eleitor no concelho de Portel.

3 — Cada eleitor apenas poderá votar uma única vez, podendo, no entanto, proceder à alteração da votação efetuada anteriormente.

4 — O período de votação será divulgado por edital publicitado na página do Município de Portel e nos locais de estilo.

5 — Os dados recolhidos pelo sistema de votação serão apenas aceitos pela Comissão Técnica do Orçamento Participativo e apenas para proceder à validação dos votos.

Artigo 17.º

Fase de Divulgação dos Resultados

1 — Após o encerramento da fase de votação serão anunciados os resultados com a hierarquização das propostas pelo número de votos.

2 — Os resultados serão divulgados na página eletrónica do Município de Portel, por editais afixados nos locais do costume em uso no concelho e junto da comunicação social.

3 — As propostas vencedoras serão incorporadas no orçamento e nas grandes opções do plano do Município de Portel do ano subsequente.

CAPÍTULO III**Disposições Finais**

Artigo 18.º

Calendarização Transitória

No ano de implementação do presente regulamento será, transitivamente adotada a seguinte calendarização para o procedimento do orçamento participativo:

a) Fase de “Preparação do processo e divulgação” — até 30 de junho;

b) Fase de “Apresentação das propostas” — Realização de Assembleias Participativas — de 1 a 31 de julho;

c) Fase de “Análise técnica das propostas”:

i) Análise técnica das propostas — de 1 a 8 de agosto;

ii) Divulgação das propostas previamente aprovadas — de 9 a 15 de agosto;

iii) Reclamações — de 16 a 20 de agosto;

iv) Resposta às reclamações — de 21 a 31 de agosto;

v) Divulgação das propostas aprovadas — de 1 a 8 de setembro;

d) Fase de “Votação das propostas” — de 8 a 30 de setembro;

e) Fase de “Divulgação dos resultados” — após 1 de outubro.

Artigo 19.º

Casos Omissos

Os casos omissos e dúvidas levantadas durante o processo ou regulamento são remetidas à apreciação e votação da Câmara Municipal.

Artigo 20.º

Entrada em Vigor

1 — O presente regulamento, depois de aprovado pela Câmara Municipal, é submetido à Assembleia Municipal para aprovação.

2 — O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação nos termos legais.

312255813

MUNICÍPIO DO PORTO**Declaração de Retificação n.º 426/2019**

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo na sua atual redação, retifica-se o seguinte ponto do Aviso n.º 5836/2019,

publicado no *Diário da República*, n.º 64, 2.ª série, de 01.04.2019, respeitante à Ref.ª 28/19:

Assim, onde se lê:

«14.6 — Forma, natureza e duração da Prova de Conhecimentos:

Ref.ª 28/19): A prova de conhecimentos será escrita, de realização individual, de natureza teórica, sem consulta.»

deve ler-se:

«14.6 — Forma, natureza e duração da Prova de Conhecimentos:

Ref.ª 28/19): A prova de conhecimentos será escrita, de realização individual, de natureza teórica, com consulta em suporte papel.»

2 de maio de 2019. — A Diretora Municipal de Recursos Humanos, *Salomé Ferreira*.

312265882

Declaração de Retificação n.º 427/2019

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo na sua atual redação, retifica-se o seguinte ponto do Aviso n.º 5347/2019, publicado no *Diário da República*, n.º 61, 2.ª série, de 27.03.2019, respeitante à Ref.ª 21/19:

Assim, onde se lê:

«14.7.2 — Legislação/Bibliografia específica:

Ref.ª 21/19): Lei n.º 169/99, de 18 de setembro — Quadro de competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias; Lei n.º 42/2017, de 14 de junho; Edital I/303005/18/CMP Proposta de Reconhecimento e Proteção Porto de Tradição; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; Código Regulamentar do Município do Porto — Parte E; Lei n.º 6 de 2006, de 27 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 10/2015, de 15 de janeiro; Decreto-Lei n.º 163/2016, de 08 de agosto.»

deve ler-se:

«14.7.2 — Legislação/Bibliografia específica:

Ref.ª 21/19): Lei n.º 169/99, de 18 de setembro — Quadro de competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias; Lei n.º 42/2017, de 14 de junho; Edital I/303005/18/CMP Proposta de Reconhecimento e Proteção Porto de Tradição; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; Código Regulamentar do Município do Porto — Parte E; Lei n.º 6 de 2006, de 27 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro; Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto.

2 de maio de 2019. — A Diretora Municipal de Recursos Humanos, *Salomé Ferreira*.

312265841

MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**Regulamento n.º 421/2019**

Luís Reguengo Machado, presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião:

Torna público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º, no uso da competência prevista na alínea t) n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 2 de abril de 2019, foi aprovado o Regulamento Interno de Duração, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade e Pontualidade dos Trabalhadores do Município de Santa Marta de Penaguião o qual entrará em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação na página eletrónica do Município.

Para constar e produzir efeitos legais se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

29 de abril de 2019. — O Presidente da Câmara, *Luís Reguengo Machado*.

Regulamento Interno de Duração, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade e Pontualidade dos Trabalhadores do Município de Santa Marta de Penaguião

Numa ótica de melhorar e tornar eficientes os vários serviços do Município de Santa Marta de Penaguião, otimizando as matérias de tempo e duração de trabalho, incrementando mecanismos que atenuem os obstáculos que se têm sentido quanto ao registo e controlo da assi-